Nota das Juventudes Progressistas do Paraguai sobre a investigação do massacre de Curuguaty

24/07/2013



As Juventudes Progressistas, abaixo assinadas, ante o

desenvolvimento da audiência preliminar pelo Massacre de Marina Kué em Curuguaty e a situação de companheiros presos políticos acusados injustamente pelo feito mencionado, manifestam o seguinte:

Rechaçamos enfaticamente a má gestão processual e a falta de rigor técnico na investigação do Poder Judiciário e do Ministério Público, representados na figura da juíza Janine Ríos e do procurador Jalil Rachid, expressamos nosso repúdio categórico ante as duvidosas acusações sobre as companheiras e os companheiros investigados.

Denunciamos o atropelo aos direitos fundamentais dos acusados, em particular das crianças, cujo interesse superior foi desmerecido no tratamento público do caso. Durante o desenrolar da audiência os filhos de Dolores López e Luis Olmedo, por um lado, e Fanni Olmedo, pelo outro, foram postos em risco e tanto o fiscal como a juíza desmereceram os profissionais que os socorreram em auxílio.

Exigimos um JULGAMENTO JUSTO para nossos companheiros, sem a invenção de provas, sem "caderninhos molhados", papéis higiênicos, alicates de unha ou a simples aparição de "provas secretas"

Exigimos a imediata liberação de todos os acusados pelo massacre de Marina Kué, a recuperação das terras mencionadas, a entrega aos verdadeiros beneficiários e o ressarcimento às vítimas do massacre.
LIBERDADE AOS PRESOS DE CURUGUATY!
¡MARINA KUÉ PUEBLO MBA'E!

Organizações assinantes:

Juventud País Solidario (JPS)
Juventud Revolucionaria Febrerista (JRF)
Juventud del Partido Popular Tekojojá
Juventud del Partido del Movimiento al Socialismo (P-MAS)

Entenda o caso:

Em maio de 2012 um grupos de camponeses sem terra ocupou a fazenda Marina Kué, na região de Curuguaty, no Paraguai. Essa fazenda estava em litígio na justiça, pois, originalmente, era propriedade do Estado paraguaio, mas foi apoderada durante a ditadura de Stroessner por Blas Riquelme, um político do Partido Colorado.

Três semanas depois da ocupação, o Ministério do Interior enviou policiais para uma negociação no modelo implementado pelo presidente Fernando Lugo no início do seu governo: um grupo de policiais iria na frente, sem portar armas, enquanto um outro grupo armado ficava a distância, pedindo a saída dos camponeses daquela área e, em contrapartida, o Estado lhes garantiria terras em outro local. Quando os policias estavam a poucos metros dos camponeses responsáveis pela negociação, tiros começaram a ser disparados. Ao final, morreram 17 pessoas (11 camponeses e 6 policiais). Essa tragédia ficou conhecida como o**Massacre de Curuguaty** e serviu como justificativa para o golpe sobre o presidente Lugo sete dias depois.

Enquanto Fernando Lugo ainda era presidente ele instaurou uma comissão pra investigar o massacre, tendo apoio e supervisão da OEA. Após o golpe, uma das primeiras medidas do presidente ilegítimo, Federico Franco, foi suspender a participação do orgão internacional nas investigações.

A juíza Janine Rios e o promotor Jalil Rachid estão sendo acusados de não serem isentos na investigação e julgamento. Afora vários prolemas processuais (falta de exames de balística, recusa de ouvir os camponeses sem terra como testemunhas, entre diversos outros), Rios já tinha em 2009 dado um parecer favorável a Blas Riquelme, autorizando-o a anexar a fazenda de Marina Kué; enquanto a família de Rachid também foi beneficiária da apropriação ilegal de terras públicas durante a ditadura de Stroessner.

Muitos grupos da sociedade paraguaia, incluindo apoiadores do movimento camponês, diversos movimentos sociais e partidos de esquerda, sustentam a tese de que tanto camponeses quanto policiais foram vítimas de uma emboscada, iniciada por franco-atiradores escondidos próximos do local de negociação. Uma vez que os disparos começaram, cada um dos lados achou que outro havia atirado e sacaram suas armas

Compartilhe nas redes: